

Decolonizar o feminismo: notas e reflexões sobre um projeto de radicalização¹

Priscilla Brito²

O feminismo é universal? O que é de(s)colonialidade?³ O que isso traz de interessante para o feminismo?

É importante que você leia este texto sabendo que ele não é um texto acadêmico. O intuito é que ele seja um convite para uma reflexão conjunta, a partir de algumas ideias que nós da Universidade Livre Feminista tivemos sobre o que é “o pensamento feminista” e de como sua legitimação em detrimento de outras formas de pensar talvez seja a origem de exclusões no nosso movimento que ainda não conseguimos superar.

Francesca Gargallo Celentani coloca a questão: o que é o feminismo? Para refletir sobre isso, queremos falar sobre o processo de decolonizar o feminismo, algo que tantas vezes aparece no debate feminista latino-americano, junto com vocês, porque sentimos que precisamos avançar na construção de um projeto político “a partir de baixo”; precisamos desancorar nosso pensamento daquele inserido na lógica de domínio que rege a produção de conhecimentos; e desestabilizar nossas referências, em sua maioria homens brancos norte-americanos e europeus, e mesmo no caso do feminismo, de uma produção teórica feita basicamente por mulheres brancas, de classe média, norte-americanas e europeias.

Não me lembro quando comecei a me incomodar que todos os debates feministas dos quais eu participava estavam referenciados na literatura “vinda de cima”. No máximo eu via pesquisas muito interessantes sobre fatos e questões brasileiras e de outros lugares da América Latina, mas ancoradas em teorias que quase nunca foram elaboradas aqui. Apesar das pesquisadoras estarem fazendo esforços consideráveis para elaborar sobre os problemas que enfrentamos, a maior parte dos trabalhos mantém implícita a separação entre a concretude desses problemas e o que é considerada teoria “de verdade”. As categorias que usamos, os conceitos, o que nos define, é resultado de inúmeras traduções, elaborado em fragmentos importados e muitas vezes descontextualizados.

Há algum tempo várias pessoas vem propondo o conceito de colonialidade como forma de contemporizar o de colonialismo. Talvez você já tenha ouvido falar na descolonialidade e ache que isso seria uma forma de negar o processo de colonização, reconstruir as sociedades que existiram antes dele, imaginando que elas seriam formas mais perfeitas e igualitárias de sociabilidade. Mas não se trata disso. Até porque, sabemos pouco sobre nós mesmas. O que existia antes? Quem são os povos indígenas? De onde descendemos, como viviam nossos ancestrais?

Nós somos “as outras”, aquelas que estão excluídas da história reconhecida e cujo presente ainda é marcado por três violências contínuas: o feminicídio e os genocídios dos jovens negros e das populações indígenas. Não há como reconstruir o que sequer podemos imaginar que tenha sido.

¹ Texto elaborado para Universidade Livre Feminista, para fins didáticos. Mais informações: contato@feminismo.org.br.

² Com contribuições de Beth Ferreira.

³ BALLESTRIN, Luciana. Entrevista de Luciana Ballestrin concedida ao site IHU On-Line: “Por sua vez, a expressão “decolonial” não pode ser confundida com “descolonização”. Em termos históricos e temporais, esta última indica uma superação do colonialismo; por seu turno, a ideia de decolonialidade indica exatamente o contrário e procura transcender a colonialidade, a face obscura da modernidade, que permanece operando ainda nos dias de hoje em um padrão mundial de poder. Trata-se de uma elaboração cunhada pelo grupo Modernidade/Colonialidade nos anos 2000 e que pretende inserir a América Latina de uma forma mais radical e posicionada no debate pós-colonial, muitas vezes criticado por um excesso de culturalismo e mesmo eurocentrismo devido à influência pós-estrutural e pós-moderna.” Disponível em: <http://www.gonzatto.com/decolonial-ou-descolonial/> (acesso em 29 de outubro de 2017).

Não há como retroceder no processo de colonização, da modernidade e nem mesmo ignorar que hoje vivemos num mundo globalizado. Mas há como reconhecer as lógicas imperiais e coloniais que operam de diferentes maneiras, assim como os processos de dominação econômica e política em vigor, que organizam o processo de legitimação do que é considerado válido ou não como conhecimento.

O “giro decolonial” se propõe enfrentar as formas de colonialidade do poder, ser e saber, em busca de outras experiências políticas, vivências culturais, econômicas e produção do conhecimento. Luciana Ballestrin nos lembra que “a teoria como um instrumento de poder não é uma elaboração nova, podendo ser encontrada do marxismo ao pós-estruturalismo”. Mas como um instrumento de poder de uma dada região hemisférica é algo sobre o qual podemos avançar. “Este é um diagnóstico mais político do que teórico e envolve a necessidade da (re)politização da teoria”⁴.

Conversando com Beth Ferreira e outras companheiras, chegamos ao consenso de que não tem como rejeitar as contribuições teóricas das feministas norte-americanas ou europeias. Mas para além da desconstrução dos padrões tidos como naturais, ele precisa ser questionado na sua tendência a agrupar mulheres de origens, culturas e pertencimentos identitários distintos sob a mesma categoria. Neste sentido, Houria Bouteldja⁵ nos faz uma interessante provocação: “Será o feminismo universal?”. E acrescenta: “Para mim, essa é a questão das questões quando nos envolvemos numa visão descolonial e queremos descolonizar o feminismo”. Esta me parece uma questão bem pertinente.

Para Vivien Silva⁶, escondido sob esse sujeito feminino universal está um projeto de poder que garante que o “universal” seja moldado a partir da imagem e semelhança de mulheres europeias e norte-americanas educadas – e as que se parecem com elas nos outros países. Assim, estrutura um conjunto de referências que dizem o que é a liberdade e como exercê-la, mas não permite às “outras” viverem a sua própria liberdade. E se abandonarmos essa ideia de “universal”? E se não considerarmos mais as normas ocidentais como universais? Quais são os referenciais possíveis?

O que queremos é, por um lado, um olhar crítico sobre o fluxo da produção de conhecimentos tido como legítimos ou não e da apropriação (muitas vezes acrítica) deles nos nossos contextos sociais; de outro, queremos buscar outras referências de produção do pensamento feminista, que dialoguem com nossos contextos. Mas é provável que para isso teremos que construir esse pensar. Afinal, se não é de hoje que questionamos as estruturas de poder em que estamos inseridas – patriarcado, capitalismo, racismo, heteronormatividade, temos que ir além e explorar os impactos das estruturas de poder linguísticas e geopolíticas que moldam o nosso pensar, que nos fazem buscar como referências apenas aquilo que é produzido no norte global. Isso significa dizer que um projeto de decolonização do feminismo precisaria partir das perspectivas, cosmologias, visões das mulheres do chamado sul global, que pensam a partir dos seus corpos e lugares étnicos/raciais, sexuais.

Para nós, que insistimos em um feminismo atuante na transformação em estruturas de poder, um projeto político decolonial do pensamento nos parece um passo fundamental para a nossa reflexão conjunta.

⁴ “Para transcender a colonialidade”, disponível em http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5258&secao=431 (acesso em 29 de outubro de 2017).

⁵ Houria Bouteldja foi porta-voz do PIR no IV Congresso Internacional sobre feminismo islâmico, realizado em Madrid, de 21 a 24 de Outubro. O texto traduzido está disponível em: <http://www.decolonialtranslation.com/portugues/as-mulheres-brancas-eo-privilegio-de-solidariedade.html>. Acesso em 23 de maio de 2014.

⁶ Artigo disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/201968463/SOUZA-V-Feminismo-Negro-Como-Proposta-Decolonial>. Acesso em 24 de maio de 2014.